



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0023399-29.2011.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Incidentes - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Excipiente: **Weg Construtora e Mont Ind Ltda e outro**
 Excepto: **Fazenda Publica Municipal de Sao Carlos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

VISTOS.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, atuando como curadora especial de WEG CONSTRUTORA e MONT. IND. LTDA. E OUTROS, apresentou exceção de pré-executividade contra a **FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, sustentando, em síntese, a ocorrência de prescrição. Requereu, ainda, a condenação em honorários advocatícios.

A excepta apresentou impugnação a fls. 03, aduzindo, preliminarmente, inadequação da via eleita. No mérito, alegou a inocorrência da prescrição e reafirmou a liquidez e certeza do título exequendo.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

Realmente é o caso de se reconhecer a prescrição.

O fato de a empresa e os sócios terem sido citados pessoalmente no transcorrer deste incidente não impede que seja apreciado, pois a prescrição é matéria de ordem pública e pode ser proclamada, inclusive, de ofício, conforme prescrito no artigo 267, § 3º, do Código de Processo Civil, o que passo a fazer.

A execução em questão diz respeito à cobrança de IPTU do exercício de 1999 e foi ajuizada em 06/12/2004. Contudo, a empresa só foi citada por edital em 09/01/2008 e o executado Waldemar em 22/06/09, sendo estes os marcos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

interruptivos da prescrição, já que o deferimento da inicial ocorreu antes da edição da Lei Complementar 118/05 e não se aplica à hipótese o disposto no artigo 219, § 1º do CPC, pois a citação não ocorreu dentro do prazo legal e a sua demora não se deveu à máquina judiciária, tendo havido, ainda, pedido de suspensão pela exequente, pelo prazo de 90 dias.

Sendo assim, da constituição definitiva do crédito, até a citação, decorreram mais de cinco anos, ensejando a prescrição.

Quanto à alegação de que a inscrição em dívida ativa é capaz de suspender prescrição do débito tributário, nos termos do art. 2º, §3º, da Lei 6.830/80, tem-se que a presente Execução Fiscal se refere a tributo, matéria inteiramente regulada pelo Código Tributário Nacional, sendo inadmissível o regramento do prazo prescricional ou decadencial por lei ordinária, nos termos do art. 146, III, b, da Constituição Federal.

Adotando esse entendimento o Supremo Tribunal Federal editou, inclusive, a Súmula Vinculante nº 8 que possui o seguinte verbete: “*são inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977 e os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário*”.

De fato, a inscrição do crédito tributário em dívida ativa não tem qualquer implicação no curso do prazo prescricional.

Segundo escólio de Leandro Paulsen “A inscrição em dívida ativa constitui-se em mero ato interno da Administração. Não há previsão legal de notificação do contribuinte quanto à inscrição, tampouco qualquer implicação no curso do prazo prescricional. A cobrança amigável feita nesta fase, por Aviso de Cobrança, também não tem efeitos sobre a prescrição”.¹

Nesse sentido, já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça:

“PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO- PRESCRIÇÃO – COBRANÇA DE IPTU. 1. A obrigação tributária nasce com o fato gerador, mas o crédito respectivo só se aperfeiçoa com o lançamento, fazendo nascer, a partir daí, um crédito que pode ser cobrado no curso dos próximos cinco anos. 2. **A inscrição do crédito na dívida ativa é mera providência burocrática, sem força para marcar algum termo**

¹ PAULSEN, Leandro. Direito Tributário à luz da doutrina e jurisprudência, 12ª ed. Ed. Livraria do Advogado, pág. 1.199



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

prescricional.³ Somente a citação é capaz de interromper o prazo prescricional, não podendo ser considerado para tanto o disposto no CPC.⁴ Recurso especial provido. ²(grifei)

O mesmo entendimento é corroborado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. SUSPENSÃO. ART. 2º, § 3º, DA LEI 6.830/80. PRAZO DE 180 DIAS. NÃO-APLICAÇÃO. SUPREMACIA DO ART. 174 DO CTN. 1. **O art. 2º, § 3º, da Lei 6.830/80, nos termos em que foi admitido em nosso ordenamento jurídico, não tem prevalência. A sua aplicação deve sofrer os limites impostos pelo art. 174 do CTN.** Precedentes. 2. Prescrição reconhecida. 3. Recurso especial a que se nega provimento."³(grifei)

Ante o exposto, reconheço a prescrição do crédito tributário que está sendo cobrado, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fulcro no artigo 269, IV do Código de Processo Civil e determino a extinção da execução.

Condeno a excipiente a arcar com as custas do incidente, na forma da lei, e com os honorários advocatícios, que fixo, por equidade, em R\$ 100,00 (cem reais).

P R Int.

São Carlos, 28 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

²REsp 808328/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, 2ª Turma, julgado em 25/04/2006, DJ 30/06/2006

³REsp 611.536/AL, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Rel. p/ Acórdão Min. José Delgado, 1ª Turma, julgado em 10.4.2007, DJ 14.5.2007